

## CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS CONTÁBEIS: uma pesquisa com os contabilistas do município de Juína-MT

Gabriel Matheus Leandro<sup>1</sup>

Antionielle Pagnussat<sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: Como os contadores da cidade de Juína-MT estão trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade? Para responder ao problema apontou-se como objetivo: verificar como os contabilistas da cidade de Juína vêm trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade. Como resultado adicional fez-se uma comparação com outra pesquisa aplicada na mesma localidade e para o mesmo público alvo, no ano de 2009, onde iniciava-se o processo de convergência. Este trabalho apresenta características quanto à natureza da pesquisa como aplicada, com uma abordagem de pesquisa quantitativa quanto aos objetivos descritivos onde os procedimentos técnicos utilizados foram de cunho bibliográfico e pesquisa de campo, esta última, realizada através da aplicação de um questionário *online* direcionado aos contabilistas do município de Juína-MT. A amostra foi composta por 200 participantes dos quais obteve-se 31 respostas. Os dados foram tabulados quantitativamente, e através de gráficos foi possível apontar o percentual de respostas para cada questão. Os resultados apontam que os contabilistas do município de Juína-MT ainda estão passando por um processo de aprendizado e procurando meios para se capacitar.

**Palavras-chaves:** Normas Contábeis, IFRS, Contabilidade.

### ABSTRACT

The present investigation sought to answer the following problem: How do the accountants of the city of Juína-MT are working to overcome the challenges brought by the process of convergence to the International Accounting Standards? To answer the problem the objective was pointed out: to verify how the accountants of the city of Juína have been working to overcome the challenges brought by the process of convergence to the International Accounting Standards. As an additional result, a comparison was made with other research applied in the same locality and for the same target audience, in 2009, where the convergence process began. This paper presents characteristics regarding the nature of research as applied, with a quantitative research approach in terms of descriptive objectives where the technical procedures used were of bibliographic nature and field research, the latter carried out through the application of an online questionnaire aimed at accountants in the municipality of Juína-MT. The sample was composed of 200 participants, of which 31 responses were obtained. The data were tabulated quantitatively, and through graphs it was possible to record the percentage of responses for each question. The results indicate that the accountants of the

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis da AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína MT, ga.leandro.ma@gmail.com

<sup>2</sup> Pagnussat, Antionielle, Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Especialista em Auditoria e Finanças pela Faculdade do Vale do Juruena – AJES, Mestranda em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE Business School. Professora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Email [antionielle.pagnussat@gmail.com](mailto:antionielle.pagnussat@gmail.com)

municipality of Juína-MT are still going through a learning process and looking for ways to train themselves.

**Keywords:** Accounting Standards, IFRS, Accounting

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade mundial vem passando por diversas transformações, diante disso, o Brasil vem se adequando às Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Esse processo de harmonização, que teve início após as alterações realizadas na Lei nº 6.404/76, alterações essas que ocorreram através das leis 11.638/07 e 11.941/09, tendo como objetivo de levar aos usuários informações úteis que possam ser comparadas nos mais diversos países (FREIRE *et al.*, 2012).

Com a redução das diferenças entre os sistemas contabilísticos, torna-se de suma importância a adequação dos profissionais, para que possam entender e cooperar com a melhora das informações (FREIRE *et al.*, 2012).

A Lei 11.638/07 introduziu várias transformações significativas, que afetaram diretamente as Sociedades Por Ações e as Empresas de Grande Porte. As mudanças vieram para dar uma melhoria na informação contábil, com essas alterações deixou de ser obrigatório a DOAR (Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos) trazendo duas novas demonstrações: DVA (demonstração do valor adicionado) que é obrigatório para as Sociedades Anônimas, e DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa). Também ocorreram algumas alterações na estrutura do balanço patrimonial. O ativo permanente, ficou dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. O passivo dividido em passivo circulante e não circulante. O patrimônio líquido dividido em capital social, reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados (SOUZA, 2012).

Para as S/A (Sociedades Anônimas) suas demonstrações financeiras observarão, ainda, as normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e serão obrigatoriamente submetidas à auditoria por auditores independentes nela registrados.

Com isso, alguns especialistas, por saberem sobre a adaptação do Brasil às normas internacionais, veem como um grande obstáculo, a carência de profissionais capacitados em IFRS (AMARAL, COSA, CAMPOS, 2010, p. 8).

Acerca disso, este trabalho visa conhecer como os contabilistas da cidade de Juína estão trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade, além de realizar uma pesquisa, irá mensurar os dados levantados durante a mesma e apontar quais os principais desafios encontrados pelos mesmos no referido processo.

Ademais, a pergunta que se pretendeu responder ao longo do estudo foi a seguinte: Como os contadores da cidade de Juína no Estado de Mato Grosso estão trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade?

Buscando responder este questionamento, estabelece-se como objetivo geral desta pesquisa: verificar como os contabilistas da cidade de Juína vêm trabalhando para superar os desafios trazidos pelo processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade.

Ainda para facilitar o alcance do objetivo geral, são definidos os objetivos específicos deste trabalho como sendo: revisar a bibliografia pertinente ao tema, com vistas a esclarecer as principais mudanças trazidas pelo processo de convergência; realizar uma pesquisa junto aos contabilistas na cidade de Juína no Mato Grosso; mensurar os dados da pesquisa e apontar os principais desafios encontrados pelos contadores.

Como análise adicional, fez-se uma análise complementar com os resultados encontrados pela pesquisa de Celiane Pascoal Guebara, no ano de 2009, quando iniciava-se o processo de convergência, visando observar como os profissionais daquela época estavam se capacitando, e como os profissionais de hoje estão reagindo. Observa-se que no ano de 2009 as informações eram mais restritas, onde o acesso à internet não era tão comum como nos dias de hoje. Ademais, o público alvo e o local desta pesquisa foram o mesmo utilizado pelo trabalho anterior.

A escolha do tema justifica-se pela atual situação da contabilidade no Brasil, tendo em vista as possíveis dúvidas que os profissionais da área de contabilidade possam vir a ter e como estes estão agindo para se adequar. Vale ressaltar também o quanto é importante para os usuários da contabilidade o conhecimento sobre as alterações realizadas pela Lei nº 11.638/07, fazendo com que a contabilidade brasileira seja entendida em qualquer lugar.

Este trabalho apresenta características quanto à natureza da pesquisa como aplicada, com uma abordagem de pesquisa quantitativa quanto aos objetivos descritivos onde os procedimentos técnicos utilizados foram de cunho bibliográfico e pesquisa de campo.

Sendo assim pode-se verificar que ao passar quase dez anos da introdução das novas práticas contábeis, os contabilistas da cidade de Juína ainda têm muita dificuldade com relação à capacitação sobre as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, e muitos empresários não tem a real noção do que houve após as alterações das práticas contábeis.

Este trabalho limitou-se à pesquisa com os contabilistas da cidade de Juína-MT sobre as convergências às normas contábeis, diante disto sugere-se para pesquisas futuras a comparação entre as cidades deste Estado, analisando como os profissionais de diferentes cidades estão se adequando com essas alterações introduzidas pela convergência às normas contábeis.

Diante disto, o presente trabalho poderá contribuir para a formação acadêmica do autor, e ainda, servirá como fonte de pesquisa para futuros trabalhos acadêmicos. Embora trate de um tema importante no âmbito nacional, levou em consideração apenas a opinião dos profissionais do município de Juína no Estado de Mato Grosso.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 HISTÓRICO DA NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL NO BRASIL

A contabilidade está presente desde os primórdios da humanidade, segundo (SCHMIDT; SANTOS, 2006) as práticas correlacionadas à contabilidade ocorreram há muito tempo, antes mesmo do surgimento da escrita. Alguns pesquisadores encontraram fichas de argila que foram utilizadas como ferramenta por donos de rebanhos para o controle de suas ovelhas. Tais fichas foram utilizadas aproximadamente 8.000 a.C. e este período ficou conhecido como fase empírica.

Já (ALEIXO, 2013, p. 3 apud BARRTEO (2011) narra essa origem citando que os cientistas afirmam que o *homo sapiens*, há cerca de 30 mil anos atrás, já demonstrava algum tipo de conhecimento contábil. Algumas grutas formaram provas arqueológicas, como a de *Dáurignac* no departamento do *Haute*, ao sul da França e também registros idênticos foram encontrados no Brasil, no município de Raimundo Nonato, no Piauí.

Já (AGOSTINI; CARVALHO, 2011, p.4 apud LIMA (2006) defende que a evolução da contabilidade é dividida em quatro etapas:

Quadro 1 - Evolução da contabilidade

Período	Características
<b>Contabilidade do Mundo Antigo</b>	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o <i>Líber Abaci</i> , de autoria de Leonardo Fibonacci, o Pisano.

<b>Contabilidade do Mundo Medieval</b>	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o <i>Tractatus de Computis et Scripturis</i> (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494; enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribui para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
<b>Contabilidade do Mundo Moderno</b>	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra “ <i>La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche</i> ”, da autora de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
<b>Contabilidade do Mundo Científico</b>	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Fonte: (LIMA 2006, p.01)

O Brasil, por ser um país mais jovem, entrou na época considerada como a Contabilidade do Mundo Moderno, não passando por períodos considerados primitivos (PELEIAS, BACCI, 2004).

Com a chegada da Família Real Portuguesa no século XIX, o país teve um sistema de contabilidade implantado. Logo após está chagada, José da Silva Lisboa, intitulado Visconde de Cairu, publicou uma obra chamada “Princípios de Economia Política”. Já em 1808 cria-se a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e navegações, que tinha como adoção o método das partidas dobradas, para controle dos bens (PELEIAS, BACCI, 2004, p. 41).

O Brasil foi fortemente influenciado pela escola italiana. A primeira escola especializada no ensino da contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902 (IUDÍCIBUS, 2006, p. 41).

Tendo em vista os relatos sobre a história da contabilidade e seu surgimento no Brasil, e ainda, levando em consideração todo o tempo em que a contabilidade era feita nas práticas de troca e os controles eram realizados somente para o conhecimento dos donos do rebanho acerca dos bens que possuíam, surge a necessidade de normatizar e adequar as práticas realizadas entre os comerciantes e demais usuários. No Brasil, o caminhar da contabilidade foi um tanto lento, pois, enquanto o país era colônia de Portugal, a Contabilidade era feita apenas para atender os anseios da Coroa (PELEIAS & BACCI, 2004).

A partir da Independência em 1822, com a escassez dos produtos nacionais e a grande importação de produtos de outros países, abertura dos portos e a grande quantidade de exportações, a Coroa Imperial entendeu que havia a necessidade de uma arrecadação tributária e um controle sobre as operações que estavam sendo realizadas (SAYED, KASSUBA, DUARTE, 2017).

Segundo Iudícibus e Ricardino, (2002, p. 8) "Entre os estudiosos e profissionais de contabilidade a primeira Lei considerada das Sociedades Anônimas foi promulgada pelo Decreto 2.627, de 1940.". Está lei estabeleceu alguns procedimentos para avaliação dos ativos e a apuração para distribuição dos lucros.

A contabilidade no Brasil teve uma grande evolução logo após a década de 1950, depois de uma forte influência dos Estados Unidos no governo do então Presidente Juscelino Kubitschek, fase em que aumentaram as indústrias e deu-se à abertura de capitais das empresas brasileiras. A partir deste momento a contabilidade precisava passar por algumas mudanças para atender às necessidades dos seus mais diversos usuários (FLORIANÓPOLIS, 2017, p. 4).

Para suprir a demanda de fazer os lançamentos contábeis e a escrituração corretamente, de forma uniforme para facilitar o entendimento, surge a necessidade da criação de leis e normas que norteassem este trabalho, contudo, segundo Iudícibus e Ricardino (2002, p. 12) “as leis não surgem do dia para a noite”.

Então, em 1950 foi criada a Lei nº 556/50 que tratava do Código Comercial e dava um norte, naquele momento crucial para os registros contábeis, como podemos ver em seu Artigo 10º e Inciso I: “Todos os comerciantes são obrigados a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter livros para esse fim necessário”. Ainda falando sobre o Artigo 10º deste Código, em seu Inciso IV, está descrito que: “Deverão informar os balanços anualmente de seus ativos e passivos de forma a compreender todos os bens, dívidas, obrigações passivas, dinheiro e papel de crédito, e qualquer outra forma de valores”. Já em seu Artigo 11º podemos ver que “os livros que os comerciantes são obrigados a ter são o Diário e o Copiador de cartas”, esses livros ainda deveriam estar em conformidade com o modelo de escrituração citada no Artigo 10º desta mesma Lei (BRASIL, 1850).

A primeira discussão sobre a harmonização contábil no Brasil ocorreu em 1926 e suas alterações em 1940, com inovações significativas, a primeira referia-se às Normas de Contabilidade Pública e a segunda sobre Sociedades Anônimas. Já em 1946 foi promulgado o Decreto de Lei nº 9.295/46, criando o CFC – Conselho Federal de Contabilidade e os CRCs - Conselho Regional de Contabilidade (SILVA., 2006).

Após o desenvolvimento desses órgãos e a necessidade de regulamentar e fiscalizar de forma melhor as operações, em 15 de dezembro de 1976 foi implementada no Brasil a Lei 6.404, também chamada de Lei das Sociedades por Ação, introduzindo novos e importantes conceitos, fazendo com que a contabilidade brasileira se alinhasse com a de vários países Europeus, melhorando os procedimentos contábeis das companhias de capital aberto que atuavam no Brasil (GERON, 2008, p. 31).

Depois da introdução desta Lei, ocorreram várias inovações referentes às Demonstrações Contábeis e seus componentes, dando maior qualidade para as informações, visando fortalecer o mercado financeiro de capitais. Entretanto, os grandes empresários tradicionais ainda tinham medo do que iria acontecer depois desta transformação. Segundo relatos de Carvalho (*apud* SAYED, KASSUBA e DUARTE, 2017 p. 259) “Na época da discussão sobre a Lei 6.404 era o então deputado Tancredo de Almeida Neves [...] ele sofria pressão dos empresários que o projeto do jeito que estava iria acabar com o setor privado nacional”. Eles tinham receio de que, com a divulgação da movimentação de suas empresas, os grandes empresários europeus viessem para o Brasil para tomar o mercado, tendo em vista que eles teriam todas as informações das empresas brasileiras, porém, nada disso aconteceu.

Segundo Silva e Martins (2007, p.165) “Neste mesmo ano foi criada através do projeto de Lei 6.385 no dia 07 de dezembro de 1976 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o intuito de regulamentar e promover o desenvolvimento do mercado de capitais”. Seus membros são nomeados pelo Presidente da República.

Para Bacci (2002, p.134) “A nova lei veio para consagrar a adoção do sistema contábil americano com algumas contribuições brasileiras de relevância”. Passados alguns anos da introdução desta Lei, devido à queda da inflação no país e a implantação do Plano de Estabilização Econômica conhecido como Plano Real, e com o objetivo de alinhar as práticas contábeis com as internacionais a Lei 6404/76 sofreu várias alterações (BUGARIM, OLIVEIRA, 2014).

Após a introdução da Lei 11.638/2007 os padrões de contabilidade utilizados no país sofreram várias modificações. O objeto destas modificações é a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade. O principal normatizador contábil do mundo é a IASB – *International Accounting Standards* órgão que emite as IFRS – *International Financial Reporting Standards*. O grande objetivo do IASB consiste em “Desenvolver um único conjunto de normas contábeis de alta qualidade, compreensíveis, executáveis globalmente” (IFRS, 2017).

## 1.2 ÓRGÃOS REGULADORES INTERNACIONAIS

Para que o mundo possa entrar em um acordo para padronização nas normas contábeis deverá sempre existir órgãos responsáveis por emitir essas normas a fim de que as torne um padrão para os países que as aderirem. O Brasil utiliza as normas editadas pela *International Accounting Standard Board* (IASB) e suas normas são conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Já os Estados Unidos utiliza outra organização que é responsável por emitir normas de contabilidade financeiras e das demonstrações financeiras americanas, *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

### 1.2.1 INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (IASB)

A década de 1960 foi marcado por diversas transformações ao redor do mundo com relação às práticas contábeis. Não havia uma prática contábil uniforme, diversos países tinham suas teorias e teses de como deveria ser realizados os procedimentos e como devia ser publicadas as demonstrações contábeis das empresas. Mas em 1966, um jovem chamado Sir Henry Benson teve a iniciativa de convencer o ICIAP – *American Institute of Certified Public Accountants* e o CICA - *Canadian Institute of Chartered Accountants* para construir o AISG (ZEFF, 2014).

Após esta iniciativa de convencer os órgãos a constituírem a AISG e lançar vários livretos que comparavam as abordagens contábeis de auditoria nos EUA no Canadá e no Reino Unido. Benson teve mais uma iniciativa após reuniões com as lideranças dos órgãos globais de todo o mundo. Em 1973, Benson liderou a fundação do *International Accounting Standards Committee* (IASC).” A grande motivação dele era de promover a harmonização das normas contábeis para diminuir a diferença nas práticas contábeis entre os países.” (ZEFF, 2014).

Após mais de 27 anos de tentativas de padronizar as normas ao redor do mundo, publicando normas e realizando reuniões com diversos órgãos para fazer um padrão contábil, em 1 de abril de 2001 a IASC passou a ser chamada de IASB – *International Accounting Standards Board*. Sendo assim, segundo Zeff (2014, p.311) “Suas normas passaram a ser reconhecidas como *International Financial Reporting Standards*.” (IFRS).

No Brasil, como a contabilidade sempre andou a passos lentos, só então a partir de 2009 foi que o país conseguiu entrar em um processo de padronização com as normas internacionais de contabilidade que são emitidas pela IASB normas essas conhecidas como IFRS (ZEFF, 2014).

### 1.2.2 FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB)

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) foi fundado em 1973, considerado um órgão independente, sem fins lucrativos que tem como finalidade estabelecer normas contábeis e financeiras (FASB, 2018). Porém antes mesmo deste órgão ser criado (LOUREIRO, DIAS, 2005, p.21) “as normas financeiras de contabilidade e suas publicações eram estabelecidas por um comitê de pronunciamentos contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA)”.

Ainda Vidal, Vidal e Maciel (2011, p.3) relatam sobre a missão da FASB que “Consiste em estabelecer e melhorar os padrões de contabilidade financeira, e também contribuir para a educação contábil”.

O FASB é uma organização que tem a responsabilidade de estabelecer os padrões da contabilidade financeira e a elaboração das demonstrações financeiras para as empresas do setor privado dos Estados Unidos. Suas normas são reconhecidas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão que tem como responsabilidade proteger os investidores e realizar manutenção da integridade do mercado (LOUREIRO, DIAS, 2005).

### **1.2.3 INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS)**

As normas internacionais de relatórios financeiros surgiram após a globalização das empresas, assim poderiam ser fornecidas informações de qualidade aos investidores, e mantendo uma uniformidade nas informações, podendo ser comparada e analisada em qualquer lugar do mundo (BARBOSA, 2011).

Deste modo, “O mundo corporativo estava ainda bem dividido para adoção de um único padrão internacional de contabilidade” (BARBOSA, 2011). Para o autor o mundo estava dividido entre as normas de padrões americanos e o novo modelo a ser seguido que seria os padrões internacionais.

## **1.3 ÓRGÃOS REGULADORES DA CONTABILIDADE BRASILEIRA**

### **1.3.1 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)**

O Conselho Federal de Contabilidade é um órgão que foi instituído pelo Decreto de Lei 9.295, no dia 27 de maio de 1946.

Segundo Niyama (*apud* VIDAL, VIDAL e MACIEL, 2011), o CFC foi responsável por criar um grupo responsável por desenvolver as normas brasileiras de contabilidade.

Sendo assim o CFC tem como a finalidade principal “orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil” (CFC, 2018).

### **1.3.2 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**

A Comissão de Valores Mobiliários é uma entidade vinculada ao Ministério da Fazenda que é dotada de autoridade e administração independente.

Foi instituída no dia 07 de dezembro de 1976 pelo decreto de Lei 6.385 e tem como o principal objetivo “Fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários” (CVM, 2018).

A CVM trata-se de um órgão que tem algumas finalidades descritas, por exemplo, em seu Artigo 3º, Inciso II “Promover o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações em ações em companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais, e proteger titulares de valores mobiliários e investidores do mercado de capitais”. Sendo assim, ainda em seu Artigo 3º, Inciso V “Ela deverá coibir a modalidade de fraude ou manipulação destinada a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado.” (CVM, 2018).

Para que as informações não sejam violadas e não haja fraude ou manipulação, conforme foi citado no parágrafo anterior, a CVM em atribuição dos seus exercícios legais deverá analisar livros e documentos fiscais conforme descrito em seu Artigo 10º Inciso I da seção VI.

Sendo assim, a CMV tem como responsabilidade principal fiscalizar e normatizar o mercado financeiro do país, sempre levando em consideração sua finalidade e atribuições legais.

### **1.3.4 INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON)**

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil foi instituído no dia 13 de dezembro de 1971, “Este órgão surgiu após a união de dois institutos que regulamentavam os contadores que trabalhavam com auditoria independente.” (IBRACON, 2018). Como a economia do país andava em corrente mudança, o IBRACON surge para auxiliar o processo de reconstrução das empresas de capitais logo após a quebra da Bolsa em 1970.

Ainda sobre o intuito da constituição desta entidade “O Instituto foi criado justamente para auxiliar no processo de reconstrução, quando a auditoria independente passou a ser obrigatória para as empresas de capital aberto.” (IBRACON, 2018).

Com o passar do tempo, o Brasil foi se adequando às normas internacionais, segundo *site* do IBRACON, foi formada uma parceria com IFRS.

O instituto também teve participação na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e participa da emissão dos pronunciamentos ao qual o CPC é responsável.

### **1.3.5 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi instituído por uma resolução, o CFC nº 1.055/05.

O principal objetivo da criação desta deste comitê é “(..) o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza” (CFC, 2018).

O CPC é totalmente autônomo e das entidades representadas deliberada de 2/3 dos seus membros, existem seis entidades que representam o CPC, mas podem ser convidadas outras futuramente. Além dos membros atuais poderão ou sempre serão convidados os membros representantes dos seguintes órgãos: Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Banco Central do Brasil (BACEN); Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP); e Secretaria da Receita Federal (SRF) (GELBCKE, 2009).

Para Fernandes *et al.* (2011, p.64) “O CPC veio preencher o vazio que existia no Brasil quanto à centralização da normatização contábil convergente às normas internacionais”.

Conforme afirmam os autores citados, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi instituído no Brasil a fim de orientar e fazer as interpretações das Normas Internacionais emitidas pela IASB, a fim de padronizar as práticas contábeis realizadas no país, e seguir um padrão mundial.

### **1.3.6 BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)**

O Banco Central do Brasil é um órgão de autarquia Federal, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda. Foi criado através da Lei 4.595 no dia 31 de dezembro de 1964.

Este órgão é responsável “Pelo controle da inflação no país. Ele atua para regulamentar a quantidade de moeda na economia que permita a estabilidade de preços” (BACEN, 2018).

Conforme relatado, o Bacen tem como responsabilidade a manutenção da estabilidade financeira no país, bem como regular a quantidade de moeda que possa circular, fazendo com que a economia fique estável.

## **1.5 O PROFISSIONAL CONTÁBIL E SEU PAPEL PARA A MELHORIA DO PROCESSO**

O profissional contábil tem passado por um momento de adaptações, sendo que as novas exigências para ele estão cada vez mais severas. Por sua vez, os profissionais que não tiverem acompanhando as mudanças, dificilmente conseguirão sobreviver nesta nova realidade contábil (GUIMARÃES *et al.*, 2011).

Diante deste contexto, Silva (*apud*, KARLINSKI e BIANCHINI, 2014, p. 363) relata que o profissional contábil necessita ter um diferencial dentro da entidade para que ele possa ser visto como um comunicador de informações necessárias para a tomada de decisão na entidade.

Merlo (2006) apresenta em um quadro, a comparação das exigências do profissional de contabilidade de ontem, de hoje e amanhã.



Quadro 2 - Comparação entre as exigências do profissional contábil

PASSADO	PRESENTE	FUTURO
Baixa competitividade	Competitivo	Alta Competitividade
Comércio tradicional	Relações comerciais complexas	Globalização/ Desregulamentação
Ênfase na escrituração	Ênfase no registro	Ênfase nos negócios
Ensino comercial	Ensino técnico	Ensino de gestão
Busca pela padronização	Padronização legal	Adaptação aos negócios
Pouco envolvimento nos negócios	Acompanhamento da gestão	Proposição de soluções
Baixa complexidade das operações	Operações complexas	Operações virtuais
Não-utilização da TI	Uso intensivo da TI	<i>Business Inteligence</i>
Luta pelo reconhecimento	Profissão reconhecida	Profissão fundamental

Fonte: Merlo (2006, p.11)

Após os dados considerados pelo autor, entre as diferenças dos contadores podemos verificar a grande importância que se dá a esta profissão, deixando de ser um mero guarda livro para ser uma pessoa de grande responsabilidade dentro da instituição (GUIMARÃES, *et al.*, 2011).

## 1.6 IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA A PROFISSÃO E PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Consoni e Colauto (2016), desenvolveram um trabalho com o objetivo de realizar testes com 66 empresas listadas na BM&FBovespa, selecionadas de forma aleatória para verificar a influência do processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, em um período definitivo de oito exercícios sociais, começando de um período anterior às convergências entre (2005 a 2007), durante o período de convergência (2008 a 2009) e após a definitiva convergência brasileira às normas contábeis. Após realizar os testes, os mesmos observaram que o processo de convergência trouxe uma melhora na qualidade da divulgação das informações obrigatórias (CONSONI & COLAUTO, 2016).

De acordo com Thomaz, Schneider e Kronbauer (2015), em estudos realizados para analisar o processo de convergência com relação às propriedades para investimentos no Mercosul e na Comunidade Andina, sobre as trinta empresas através dos *sites* das comissões de mercados de valores de cada país, apresentou que através destes dados coletados, os foi possível concluir que a prática contábil é influenciada pela cultura e característica próprias de cada país.

Grecco *et al.* (2013) realizaram uma pesquisa a fim de mensurar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade em empresas sediadas no Brasil. A pesquisa foi aplicada em empresas localizadas na cidade de São Paulo, que efetuaram importações no ano de 2009. Ela foi realizada através de questionários com perguntas abertas e fechadas. Diante disto, o resultado obtido na maioria das perguntas é que a falta de suporte de sistema de informações e a falta de profissional qualificado são os maiores gargalos para o profissional. Como resultado adicional, os autores encontraram resultados que apontam que apesar das dificuldades encontradas, os profissionais acreditam que este processo terá um impacto positivo no que se refere aos investimentos.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia que configurou, destacou o caminho percorrido neste trabalho foi àquela que Gerhardt destacou como: “(...) o caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa.” (2009, p. 13).

No que diz respeito aos objetivos do trabalho, o mesmo é classificado como pesquisa aplicada e quanto aos procedimentos técnicos foi desenvolvido uma pesquisa de cunho bibliográfico que é um trabalho minucioso em busca do conhecimento e base fundamental”, o mesmo ainda destaca que “(...) a pesquisa bibliográfica é a revisão das principais literaturas que norteiam o trabalho científico.” E realizado uma pesquisa de campo a fim de investigar o objetivo preposto De acordo com Vergara (2009, p. 43) a pesquisa de campo “(...) é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. O mesmo ainda relata que este tipo de pesquisa pode ser realizado através de aplicação de questionários e entrevistas.

Sendo assim, o trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa na cidade de Juína no Estado de Mato Grosso, sobre o impacto das convergências contábeis para os contabilistas desta cidade.

## 2.5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

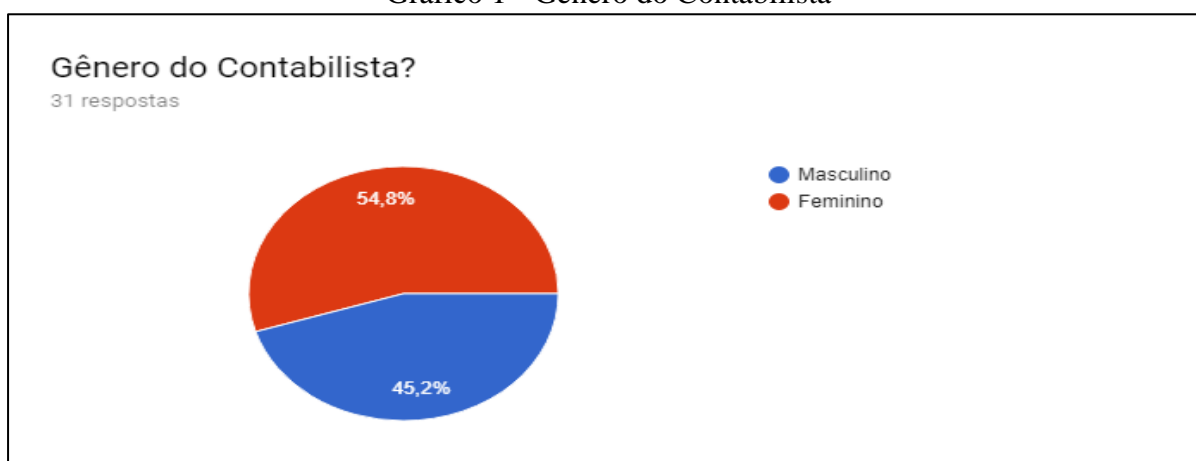
A pesquisa foi aplicada na cidade de Juína no Estado do Mato Grosso, e teve como público alvo os contabilistas deste município. O questionário, com 11 perguntas fechadas foi aplicado através de uma plataforma *online* do *GOOGLE*, onde foram enviados mais de 200 *e-mails* com o *link* para os contabilistas que eram direcionados para a plataforma do questionário. O período de aplicação do questionário e obtenção das respostas deu-se entre os meses de agosto e setembro de 2018. Dentro deste período, foram obtidas apenas 31 respostas. A tabulação das respostas se deu através da própria plataforma utilizada para realizar a pesquisa. Os tipos de gráficos utilizados para demonstrar os resultados é o gráfico pizza, buscando demonstrar os percentuais de resposta para cada pergunta.

## 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem o objetivo de analisar todas as respostas às perguntas enviadas por meio do questionário eletrônico. Dos questionários enviados houveram respostas de 31 contabilistas. Cada resposta será descrita por meio de um gráfico e foi analisada individualmente.

A primeira pergunta refere-se ao sexo do contabilista.

Gráfico 1 - Gênero do Contabilista

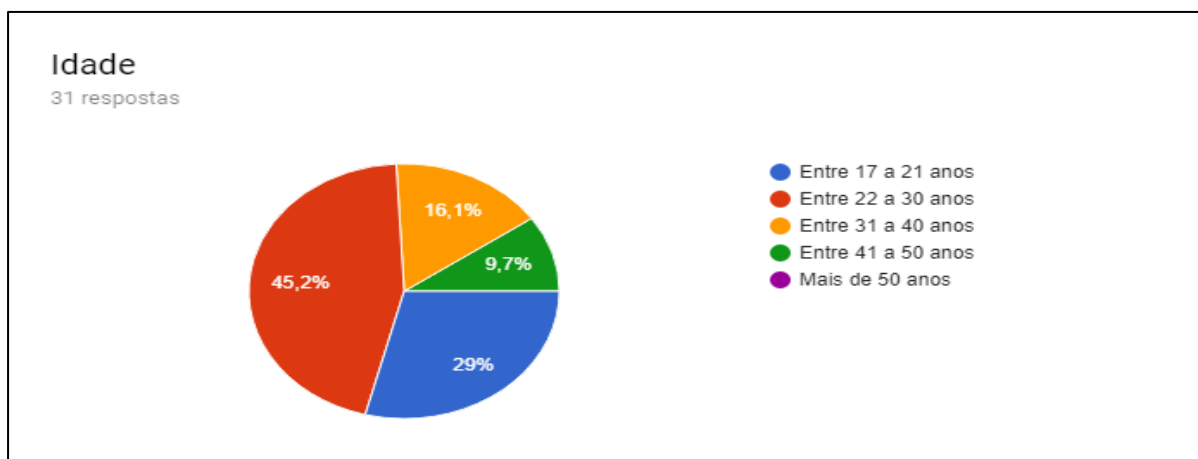


Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018

De acordo com o que apresenta no gráfico, 54,8% do público alvo da pesquisa é de gênero feminino, e 45,2% é representado por pessoas do gênero masculino. Dentro deste resultado pode se concluir, que da amostra na cidade de Juína as mulheres trabalhando como profissionais contábeis é grande, pois representa quase 10% a mais sobre os homens.

Considerando a pesquisa realizada no ano de 2009, onde profissionais do sexo masculino era de 68% dos pesquisados e 32% eram do sexo feminino, considera-se que houve um crescimento de quase 23% no número de mulheres atuando na área contábil nesta cidade, quanto aos homens teve uma diminuição do mesmo percentual em relação ao crescimento de mulheres.

Gráfico 2 - Idade dos Contabilistas



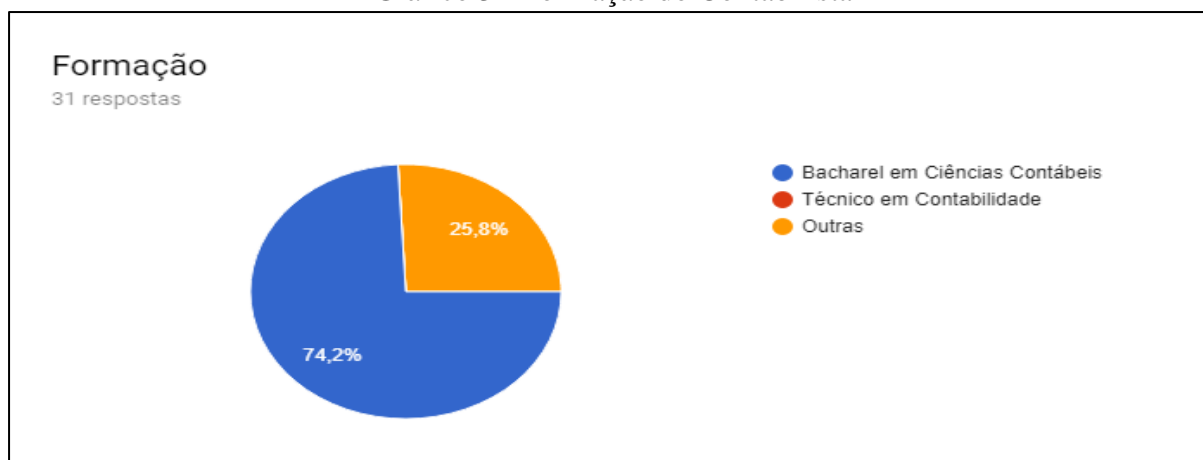
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Conforme representa no gráfico, o maior percentual de respondentes tem entre 22 a 30 anos e representa 45,2%, em segundo, os que têm entre 17 e 21 anos que representa 29%, em terceiro os que têm entre 31 e 40 anos que representa 16,1%, e apenas 9,7% tem entre 41 e 50 anos.

Diferente do que foi encontrado na pesquisa realizada no ano de 2009, o cenário atual mostra que as pessoas que trabalham como contabilistas na cidade de Juína têm entre 22 e 30 anos, sendo que no ano de 2009 a maioria tinha entre 41 e 45 anos. Vale destacar também que há uma grande porcentagem de jovens com idades entre 17 e 21 anos atuando como contabilistas nesta cidade.

Pode ser também pelo fato de que em 2009 ainda estava sendo formadas as primeiras turmas de contabilidade na cidade, e de lá para cá, várias turmas foram formadas, aumentando o número de profissionais e diversificando a média de idades entre eles.

Gráfico 3 - Formação do Contabilista



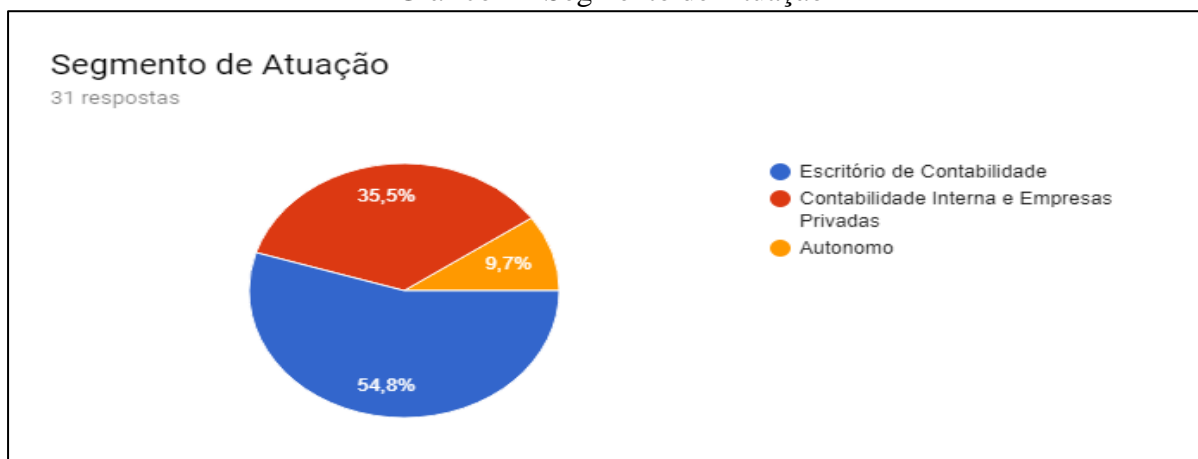
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Vale destacar que 74,2% dos contabilistas são bacharéis em Ciências Contábeis e 25,8% tem outra formação. E ainda, observa-se que nenhum dos respondentes tem a formação em Técnico em Contabilidade.

Sendo assim, diante da pesquisa realizada em 2009 podemos destacar que depois de quase 10 anos, o cenário dentro do município estudado teve uma grande mudança. Em 2009 havia apenas 35% profissionais com a formação em Bacharel em Ciências Contábeis, e 65% tinha a formação de Técnico em Contabilidade.

Este crescimento se deu a partir da promulgação da Lei nº 12.249/10 que incrementou um parágrafo no Artigo 12º da Lei 9.295/46, Lei está que cria o Conselho Federal de Contabilidade. Destaca-se então “Os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1º de junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão.” (BRASIL, 2010).

Gráfico 4 - Segmento de Atuação

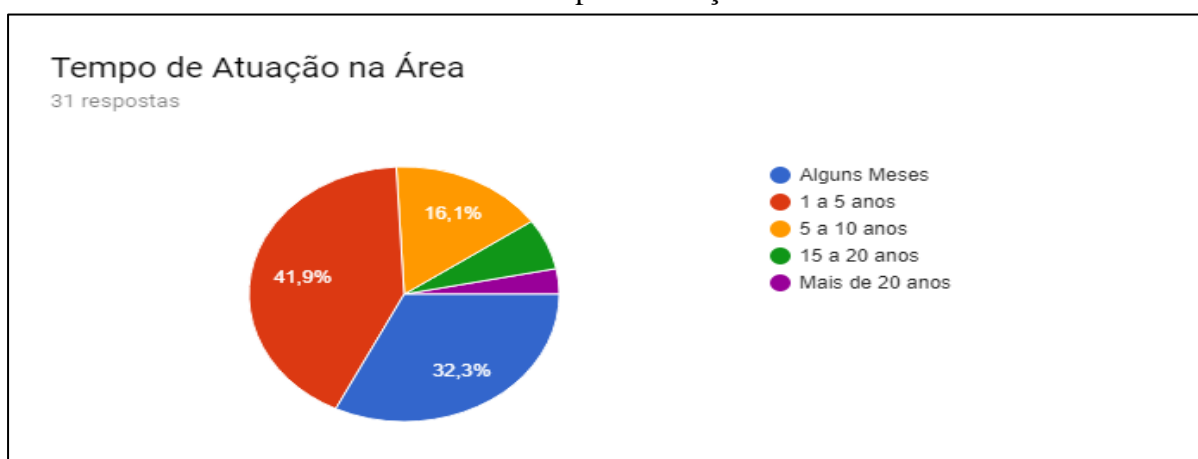


Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, 54,8% dos contabilistas atuam em escritórios de contabilidade, enquanto 35,5% realizam atividades de contabilistas em empresas privadas internamente, e 9,7% dos respondentes são autônomos e trabalham com contabilidade sem nenhum vínculo empregatício.

Em comparação com a pesquisa realizada em 2009, os contabilistas que atuam em entidades privadas tiveram um pequeno aumento de 5% com relação aquele ano. Autônomos do mesmo modo, teve um aumento de 1,7% com relação ao ano de 2009.

Gráfico 5 - Tempo de atuação na área

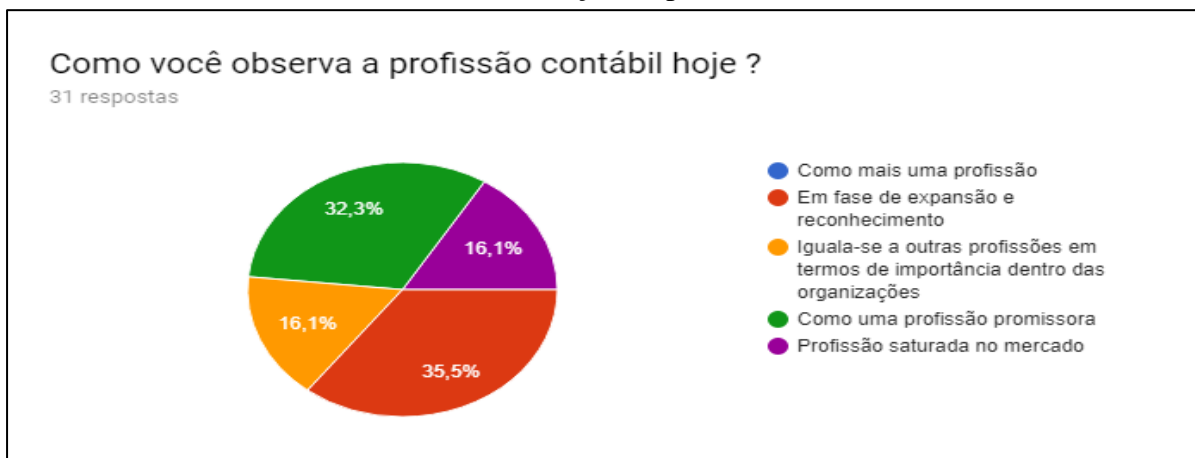


Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Diante dos resultados da pesquisa, a maioria dos contabilistas que atuam na cidade de Juína tem entre 1 a 5 anos de experiência na área, com relação os pesquisados. Isto representa 41,9%, logo depois vem destacando com 32,3% que atuam a menos 1 ano como profissionais contábeis, posteriormente observa-se que apenas 6,45% dos profissionais tem entre 15 e 20 anos de atuação na área, por fim, apenas 3,23% tem mais de 20 anos de atuação neste ramo.

Com relação a pesquisa que está tendo como base de comparação, a diferença se dá com relação aos profissionais que atuam há mais de 20 anos no mercado de trabalho como profissionais contábeis. Na pesquisa realizada em 2009 havia 31% dos profissionais atuando com mais de 20 anos, já nesta pesquisa realizada em 2018 apenas 3,23% dos profissionais tem mais de 20 anos no mercado de trabalho.

Gráfico 6 - Observação da profissão contábil



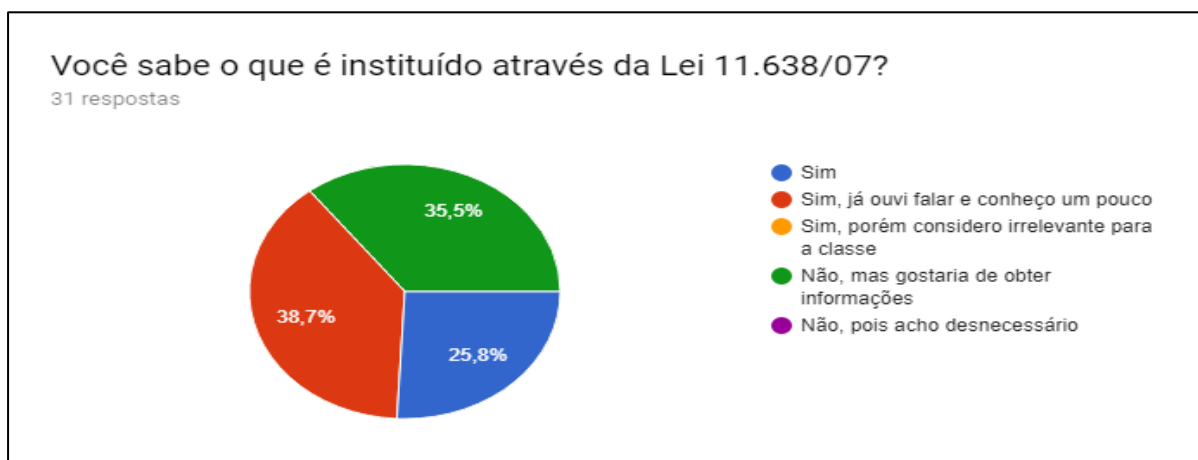
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Diante dos resultados obtidos podemos destacar que 35,5% dos entrevistados consideram a profissão contábil como uma profissão que ainda está em fase de expansão e reconhecimento, enquanto 32,3% consideram que o profissional contábil é uma profissão promissora, e 16,1% consideram que a profissão contábil iguala-se a outras profissões de grande importância dentro das organizações, e também 16,1%, a consideram como uma profissão saturada de mercado.

Com relação à pesquisa realizada em 2009, destaca-se que naquele ano 40% dos entrevistados consideravam a profissão contábil como uma que se iguala a outras profissões de grande importância dentro das organizações, e também uma profissão promissora.

Conforme destaca os resultados podemos correlatar que a profissão contábil é sim uma profissão promissora, diante de tantas exigências e alterações nas normas e legislação, os profissionais precisam estar cada vez mais capacitados para desempenhar esta profissão.

Gráfico 7 - Conhecimentos sobre a Lei 11.638/07



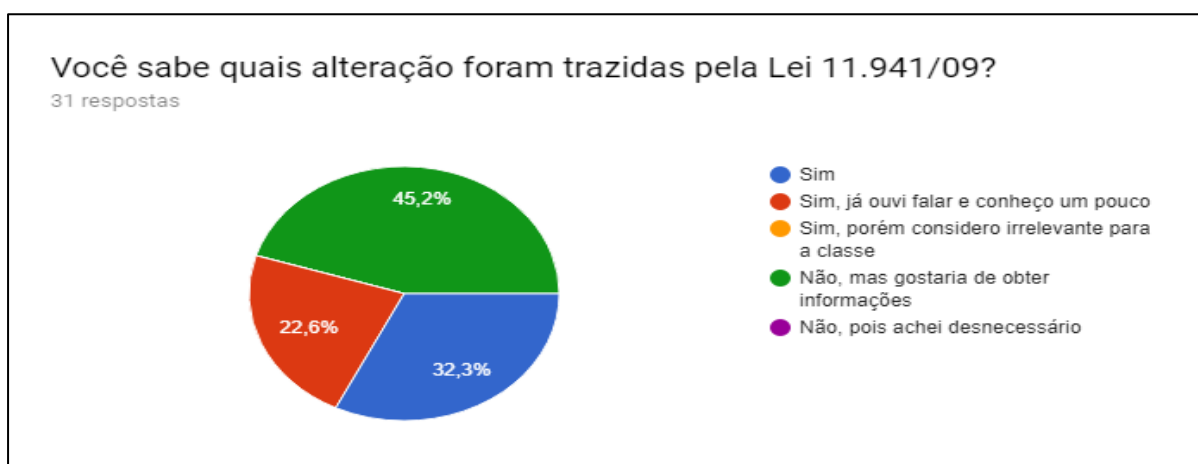
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Apesar de passar quase dez anos após a introdução das normas internacionais de contabilidade, ainda podemos observar que maioria dos profissionais não sabe realmente o que ocorreu com essas alterações.

Diante dos resultados obtidos, observa-se que 38,7% dos respondentes já ouviram falar sobre as alterações instituídas pela Lei 11.638/07, e 35,5% nunca ouviram falar sobre estas alterações, mas gostariam de obter informações, e 25,8% já ouviram falar e sabem quais alterações ocorreram após a promulgação desta Lei.

Com relação aos resultados obtidos na pesquisa realizada em 2009, pode-se destacar que o número de pessoas que sabe o que é instituído pela lei 11.638/07 caiu, pois antes era de 47% e no ano de 2018 de apenas 25,8%. Já as pessoas que ouviram falar e conhecem ao menos um pouco tiveram um aumento positivo com relação à pesquisa anterior que era de 29% e agora é de 38,7%. Houve também um aumento em 2018 o número de pessoas que não tinham conhecimento sobre o que era instituído pela Lei, mas que gostariam de obter estas informações, em 2009 apenas 19% não sabiam e em 2018 foi de 35,5% dos respondentes.

Gráfico 8 - Conhecimentos sobre a Lei 11.941/09



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

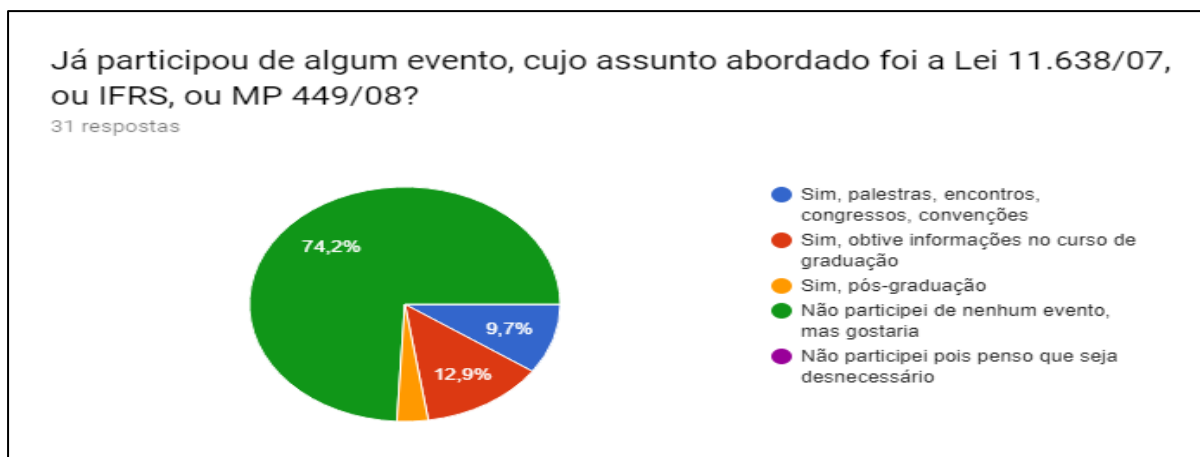
Em relação ao questionário anterior, aqui destacamos sobre a Lei 11.971/09, que entrou em vigor para adequar alguns procedimentos práticos que havia sido alterado pela Lei 11.638/07, fazendo com que a contabilidade praticada no Brasil estivesse em consonância com a contabilidade internacional.

De acordo com os dados coletados, 45,2% dos pesquisados não sabem quais foram as alterações introduzidas pela Lei destacada na pergunta, e 32,3% dos profissionais têm noção das alterações introduzidas por esta Lei, e 22,6% já ouviram falar sobre as alterações e conhecem um pouco sobre Lei.

Vale destacar que, conforme foi comentado no questionário anterior, após passar quase dez anos da introdução desta Lei com as novas práticas contábeis a maioria dos respondentes deste questionário não sabem o que foi instituído pela Lei 11.941/09.

Podemos destacar algumas alterações que deveriam ser do conhecimento de todos os profissionais, onde o Balanço Patrimonial na parte do Ativo tinha uma classificação de três grupos: a) ativo circulante; b) ativo realizável em longo prazo; e c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado intangível e diferido. Através da Lei 11.941/09 o Balanço Patrimonial passou a ser dividido na parte do Ativo em apenas dois grupos: a) ativo circulante; e b) ativo não circulante, dividido em realizável em longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Gráfico 9 - Participação em eventos sobre a Lei 11.638/07 ou IFRS ou MP 449/08



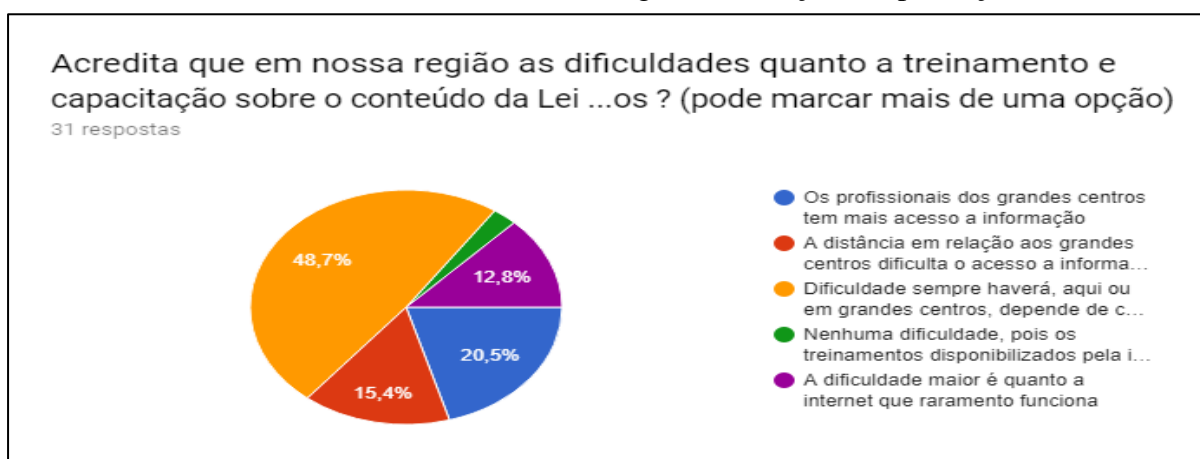
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Apesar dos resultados apresentados nos questionários anteriores serem desfavoráveis em relação à capacitação e orientação dos respondentes sobre as alterações realizadas pela Lei 11.638/07, pôde-se observar que muitos têm vontade de se capacitar e entender essas alterações.

Sendo assim, diante dos resultados podemos observar que 74,2% dos respondentes nunca participaram de nenhum evento relacionado à Lei 11.638/07 ou MP 449/08, mas gostariam de participar de eventos com estes temas, já 12,9% participaram de eventos com estes temas, mas dentro do período de graduação na faculdade, e 9,7% participaram de palestras, eventos, ou congressos que abordaram o tema, e 3,20% ouviu falar sobre esta Lei quando estavam cursando pós-graduação.

Em comparação com a pesquisa realizada em 2009, podemos ver que a maioria dos respondentes também não participou de nenhum evento relacionado aos temas citados, porém gostariam de participar de eventos para poder capacitar-se.

Gráfico 10 - Desafios em nossa região em relação à capacitação



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

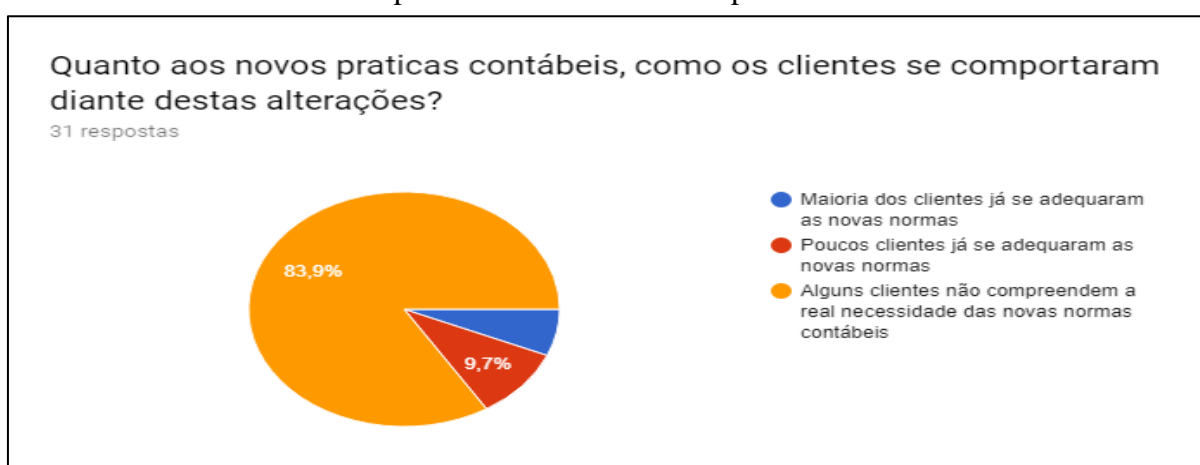
Neste gráfico foi realizado uma pergunta junto com os contabilistas de se eles acreditavam que em nossa região as dificuldades quanto a treinamento e capacitação sobre o conteúdo da Lei 11.638/07 e dos pronunciamentos contábeis são as mesmas em comparação com os grandes centros?

Diante da análise dos resultados deste gráfico, podemos observar que 61,3% dos pesquisados acreditam que as dificuldades para a capacitação sobre os conteúdos relativos à Lei 11.638/07 e os pronunciamentos técnicos sempre apresentará dificuldade aqui e nos

grandes centros, e que isto depende do interesse de cada profissional, já 25,8% acreditam que os profissionais dos grandes centros têm mais acesso a estas informações, enquanto 19,4% acredita que a distância com relação aos grandes centros pode dificultar o acesso às informações, ainda 16,1% consideram que a dificuldade maior é quanto à *internet* que raramente funciona, e 3,2% acreditam que não há nenhuma dificuldade porque treinamentos disponibilizados na *internet* e os livros são suficientes para se capacitar em relação ao tema.

Após analisar este resultado podemos observar que os profissionais contabilistas entendem que o real motivo desta quantidade de desinformações referente à introdução das normas contábeis são deles mesmos, por não terem uma preocupação em se capacitar. Os contabilistas que responderam que não tinham conhecimento sobre o que introduzido com a Lei 11.638/07, foram os mesmos que responderam que sempre haverá dificuldades aqui ou em grandes centros, o que prevalecerá é o interesse de cada um.

Gráfico 11 - As práticas contábeis e o comportamento dos clientes



Fonte: Elaborado pelo Autor

De acordo com os resultados obtidos nesta pergunta podemos verificar que 83,9% dos respondentes relatam que seus clientes não compreendem a real necessidade das novas práticas contábeis, e 9,7% relataram que poucos clientes já se adequaram as novas práticas, já 6,4% apontaram que a maioria de seus clientes se adequou às novas normas contábeis.

Após verificar o resultado desta pesquisa realizada em 2018 e comparar com uma realizada no ano de 2009, podemos observar que após passar quase dez anos da introdução destas normas, muitos empresários ainda não têm real noção sobre a introdução das novas normas contábeis.

Diante dos resultados encontrados pode-se destacar a pergunta referente ao conhecimento dos profissionais contabilistas da cidade de Juína que tem o conhecimento sobre o que é instituído pela Lei 11.638/07, 38,7% dos respondentes já ouviram falar, mas conhecem pouco sobre esta Lei. E também podemos destacar a pergunta sobre a Lei 11.941/09 que também é relacionada ao processo de convergência às normas contábeis no Brasil e diferente da questão destacada anteriormente, a porcentagem de respondentes que não tem o conhecimento desta Lei é de 45,2%.

### 3.1 Discussão Geral dos Resultados

Diante das práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, surgiu-se a preocupação de como os profissionais contabilistas do município de Juína estão se adequando. Diante desta preocupação foi realizado uma análise complementar dos resultados encontrados no trabalho de Celiane realizado no ano de 2009, quando se iniciava o processo de convergência as normas contábeis.



Perante os resultados encontrados na pesquisa pode-se observar que a maioria dos respondentes ainda não estão totalmente qualificados, e que a maioria destes profissionais nem se quer conhecem realmente as alterações que ocorreram após a promulgação da Lei 11.638/07.

Dentre as grandes dificuldades encontradas pelos profissionais para devida capacitação, podemos considerar a péssima qualidade da internet na região e a distância com relação aos grandes centros, onde teriam mais facilidades para realizar a devida capacitação.

Sendo assim, esta pesquisa corrobora com os resultados encontrados no estudo realizado por Grecco *et al* (2013) onde a falta de suporte de sistema de informações e a falta de profissional qualificado são os maiores gargalos para a profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência às normas contábeis trouxe uma nova realidade para as práticas contábeis, fazendo com que as demonstrações elaboradas sejam comparadas com facilidade em qualquer parte do país e do mundo. Considerando que mesmo as pequenas localidades fazem parte do todo, e que a partir disso também estão inseridas no contexto de harmonização das práticas contábeis em um nível internacional, buscou-se investigar como os contabilistas do município de Juína-MT estão enfrentando os desafios trazidos a partir destes acontecimentos.

Como forma de atingir ao objetivo geral da pesquisa, foi aplicado um questionário de perguntas fechadas, por meio de uma plataforma digital, aos contabilistas da referida localidade. De um total de 200 questionários enviados, obtiveram-se 31 respostas, onde os principais resultados apontam para falta de oportunidade de capacitação como um dos principais gargalos do processo.

Como resultado à adicional fez-se uma análise complementar com o trabalho elaborado por Celiane Pascoal Guebara realizado em 2009, com o intuito de analisar as principais mudanças ocorridas ao longo de quase 10 anos, desde o início das adequações. Sendo assim, pode-se destacar as perguntas com relação ao conhecimento sobre a Lei 11.638/07. Naquele ano, 47% dos respondentes conheciam esta Lei e sabiam o que era instituído por ela, e na pesquisa realizada em 2018, apenas 38,7% dos contabilistas tinham conhecimento da mesma Lei e sabiam o que é instituído por ela. Este é um fator que remete a uma preocupação acerca do conhecimento mínimo que os profissionais da contabilidade precisariam ter para o correto exercício da profissão. Embora, de acordo com as respostas, existam poucas possibilidades de capacitação no município em questão, as facilidades da *internet* deveriam colaborar para a expansão do conhecimento a respeito da legislação vigente no país.

De acordo com os principais desafios enfrentados pelos contabilistas pode-se destacar que a distância com relação aos grandes centros e a falta de internet de qualidade para realizar os devidos cursos ou treinamentos para atualização impactam na qualificação dos profissionais que estão localizados no município de Juína.

Diante do objetivo exposto, é possível afirmar que o mesmo foi atingido, que era o de realizar uma pesquisa junto com os contabilistas da cidade de Juína para observar como eles estão se comportando após a convergência às normas contábeis. E posteriormente realizar uma análise complementar com o trabalho de Celiane Pascoal Guebara, que também realizou uma pesquisa com a mesma finalidade, porém no ano de 2009, ano em que iniciava-se as novas práticas contábeis.

Conclui-se que diante dos resultados obtidos, os contabilistas da cidade de Juína ainda estão em um processo de aprendizado e procurando meios para se capacitarem e os mesmos reconhecem que o problema em si é a falta de interesse em entender o processo pelo qual o país teve que passar para realizar uma contabilidade uniforme.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, C.; CARVALHO, J. T. D. **A Evolução da Contabilidade: Seus Avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais**. Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves. Amário de Produção. 2011.
- ALEIXO, L. P. D. S. **A Importância da Informatização na Contabilidade**. Univás. Pouso Alegre, p. 13. 2013.
- AMARAL, M.; COSA, C.; CAMPOS, F. Capacitação Profissional: Um Estudo Sobre a Adoção das IFRS - Normas Internacionais de Contabilidade - Nas Instituições Particulares de Ensino Superior do ABC. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 117-139, Jan/abr 2010. Acesso em: 21 Fev. 2018.
- BACCI, J. **Estudo Exploratório Sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro - Uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica**. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, p. 178. 2002.
- BACEN. BACEN. **Banco Central do Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 Março 2018.
- BARBOSA, L. F. Administradores. **Administradores**, 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/ifrs-um-pouco-de-historia/59939/>>. Acesso em: 07 Junho 2018.
- BRASIL. Código Comercial. **Lei n. 556. de 25 de junho de 1850**, 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0556-1850.htm)>. Acesso em: 09 Março 2018.
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009. **Legislação Tributária Federal**, 27 Maio 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37)>. Acesso em: 21 Fev. 2018.
- BUGARIM, M. C. C.; OLIVEIRA, O. V. D. A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislação, Órgãos de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende/RJ, 22, 23 e 24 Outubro 2014. 16.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **CFC**, 2018. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br>>. Acesso em: 24 Março 2018.
- CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. A Divulgação Voluntária no Contexto da Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 62, p. 658-677, Out./Dez. 2016.
- CVM. CVM. **Comissão de Valores Mobiliários**, 2018. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 25 Março 2018.
- FASB. FASB. **Financial Accounting Standards Board**, 2018. Disponível em: <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176154526495>>. Acesso em: 14 Abr. 2018.
- FERNANDES, B. V. R. et al. Percepção de Docentes de Cursos de Graduação em Ciências Contábeis Sobre a Função e Atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 60-81, out./dez 2011.
- FLORIANÓPOLIS. **A evolução das práticas contábeis ao longo da história do Brasil**. 7º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. Florianópolis, p. 18. 2017.

FREIRE, M. D. D. et al. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 3-22, Set 2012.

GELBCKE, E. R. **Apresentação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**. Representante da FIPECAFI no CPC Sócio da Directa Auditores. Brasília, p. 59. 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVERIA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GERON, C. M. S. **Evolução das Práticas Contábeis no Brasil nos Últimos 30 anos: Da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 300. 2008.

GRECCO, M. C. P. et al. Percepção dos Profissionais Brasileiros com Relação ao Processo de Convergência Contábil às Normas Internacionais. **Revista Enfoque, Reflexão Contábil**, Paraná, v. 32, n. 3, p. 111-128, Set./Dez 2013.

GUIMARÃES, L. M. et al. **O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis: Análise da Preparação Desse Profissional nos Processos Organizacionais**. SIMOPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA VIII. Rio de Janeiro, p. 1-15. 2011.

IBRACON. IBRACON. **Instituto dos Auditores Independentes do Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 25 Março 2018.

IFRS. A Fundação IFRS. **Quem nós Somos**, 2017. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 24 Março 2018.

IUDÍCIBUS, S. D. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. D.; LISBOA, P. CONTABILIDADE: Entre umas e Outras. **Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 1-6, Set. 2007.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicável as Demais Sociedades)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. D.; RICARDINO, Á. A. A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil\* Lei nº 1.083 - 22 de Agosto de 1860. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 29, p. 7-25, 2002. Acesso em: 09 Março 2018.

KARLINSKI, L. F.; BIANCHINI, E. C. O Perfil do Profissional Contábil e sua Adaptação a Padronização as Normas Internacionais de Contabilidade em Tangará da Serra - MT. **Revista UNEMAT**, Tangará da Serra, v. 5, n. 3, p. 361-380, Jan./Jun. 2014.

LOUREIRO, M. M.; DIAS, R. P. **BR GAAP, US GAAP e IFRS: Análise das Divergências Entre os Resultados da CST no Exercício de 2003**. Universidade Federal do Espírito Santo -UFES. Vitória, p. 8-118. 2005.

MERLO, A. **O Contabilista do Século XXI**. Jornal do CFC. Brasília, p. 1-12. 2006.

MUNHÃO, E. E. et al. A Convergência Contábil aos Padrões Internacionais: Diferenças entre IFRS PMEs e CPC PME. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Tangará da Serra, v. 2, n. 4, p. 29-36, Jul./dez. 2013.

PELEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade.

**Revista Administração On Line - FECAP**, v. 5, p. 38-54, Jul/Ago/Set 2004. ISSN 3. Acesso em: 21 Março 2018.

SAYED, S.; KASSUBA, C. T.; DUARTE, S. L. A Lei das Sociedades Anônimas e o Processo de Convergência para os Padrões Internacionais Contados Pela História Oral e de Vida. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, São Paulo, v. 7, p. 252-270, jan/abr 2017. ISSN 1. Acesso em: 23 Março 2018.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. D. **História do Pensamento Contábil**. São Paulo: Atlas, v. 8, 2006.

SILVA, A. C. R. D.; MARTINS, W. T. S. **História do Pensamento Contábil - Com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

SOUZA, R. G. **Aplicação IFRS para Pequenas e Médias Empresas**. Mestrado em Ciências Contábeis e Atariais. São Paulo: [s.n.]. 2012. p. 126.

TANAKA, I. D. S. et al. **Adequação as Normas Internacionais de Contabilidade em Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Junto aos Escritórios Contábeis**. Dialogos em Contabilidade: teoria e pratica (Online). [S.l.], p. 1-21. 2013.

THOMAZ, J. L. P.; SCHNEIDER, L. C.; KRONBAUER, C. A. Estudo das Normas e Práticas Contábeis Adotados pelas Empresas Industriais do Mercosul e Comunidade Andina: Convergência Referente a Mensuração e Evidenciação das Propriedades para Inverstimento. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 2-18, Jan./Abr. 2015.

VERGARA, S. C. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

ZEFF, S. A. A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./out./nov./dez. 2014. Acesso em: 29 Março 2018.